

EcoDebate

Cidadania & Meio Ambiente

Revista Cidadania & Meio Ambiente

Caminhando Junto com a Sociedade

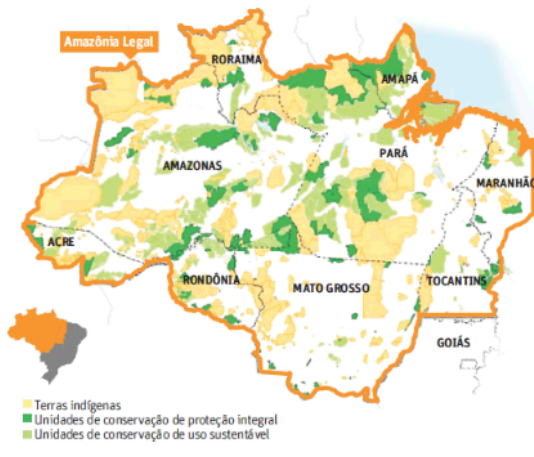
Boletim Diário Contato EcoDebate Equipe Estatísticas Projetos Rádio Regras Revista Cidadania e Meio Ambiente

O Brasil perdeu mais de 45 mil quilômetros quadrados de áreas protegidas nos últimos 30 anos

Publicado em dezembro 21, 2012 por HC

Tags: [conservação](#)

MAPEAMENTO DA AMAZÔNIA
Onde a floresta amazônica tem proteção legal



Brasil perdeu um RJ de áreas protegidas – Estudo quantifica perda em unidades de conservação desde 1981; hidrelétricas concentram redução nos últimos cinco anos

O Brasil perdeu mais de 45 mil quilômetros quadrados de áreas protegidas nos últimos 30 anos – uma área maior do que a do Estado de Rio de Janeiro – segundo levantamento feito por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco. O estudo, ainda não publicado em revista científica, contabilizou todos os eventos de redução, desclassificação e reclassificação (RDR) em unidades de conservação do País desde 1981. Matéria de Bruno Deiro e Herton Escobar, em **O Estado de S.Paulo**.

Os dados cobrem um período de mais de 30 anos, mas é nos últimos 5 que a história se complica, por conta, principalmente, das obras de infraestrutura do governo federal na Amazônia ligadas ao setor elétrico. Quase 70% dos casos de RDR no País ocorreram a partir de 2008. "O que era para ser uma exceção vai se tornar a regra? Essa é a dúvida", diz o pesquisador Enrico Bernard, do Departamento de Zoologia da universidade, que orientou o trabalho do estudante de graduação Luan Amim (leia entrevista na página ao lado).

No período todo, os pesquisadores registraram 48 eventos de RDR. Entre 1981 e 2000, houve apenas dois. Em 2001, ocorre um primeiro pico de oito eventos, relacionados à aprovação da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuv), em julho de 2000. "Foram eventos de adequação à nova lei", explica Bernard.

Em 2008, começa um novo pico. Só em 2010, último ano do governo Lula, houve 14 eventos de RDR. Nos dois primeiros anos da gestão de Dilma Rousseff, foram 10, incluindo 8 eventos de redução em unidades de conservação federais e 2 de reclassificação em unidades estaduais.

Eletricidade

O setor mais associado a casos de RDR foi o de geração e transmissão de eletricidade, principalmente na Amazônia. Segundo o estudo, ele foi o motivador de 21 eventos (44% do total), incluindo 11 desclassificações (em que unidades de conservação deixaram de existir), 9 reduções e 1 reclassificação. "A maior parte desses eventos ocorre a partir de 2010. com a

Siga o EcoDebate



RSS Twitter Facebook Boletim

Google Pesquisa Personaliza



EcoDebate **Portal EcoDebate** on Facebook

2,970 people like **Portal EcoDebate**.

Comprometa-se com o meio ambiente. Imprima somente se for necessário!

publicação do plano de energia do governo, que aponta a Amazonia como grande reservatório de energia do Brasil”, afirma Bernard.

Cerca de 40% da Amazônia Brasileira já é “coberta” por unidades de conservação e terras indígenas, segundo o último relatório da Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas (Raisg), divulgado no início deste mês. Assim, à medida que aumenta a demanda por eletricidade e os projetos de geração de energia se multiplicam, a briga por espaço entre áreas protegidas e obras de infraestrutura tende a se agravar.

“Acho que vamos ver com mais frequência e mais intensidade a alteração dos limites legais de áreas protegidas na Amazônia”, avalia Bernard.

Além do setor elétrico, aparecem com destaque na lista de “motivadores” a especulação imobiliária, com 7 eventos, e o agronegócio, com 5.

Há apenas dois casos de “reclassificação positiva”, em que áreas protegidas tiveram seu status de proteção elevado para categorias mais rígidas de conservação: o da Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) do Murici, em Alagoas, que foi reclassificada como Estação Ecológica (Esec) em 2001; e o da Área de Proteção Ambiental (APA) de Jericoacoara, no Ceará, que passou a Parque Nacional em 2002.

O estudo não levou em conta territórios indígenas, apenas unidades de conservação estaduais e federais.

ICMbio

Roberto Vizontin, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), admite a existência de uma relação direta entre o aumento de ações de RDR e as demandas do setor energético nos últimos anos. “Geralmente os potenciais hidrelétricos se concentram na Amazônia, e boa parte passa por unidades de conservação e terras indígenas”, afirma Vizontin. “É uma situação real que acaba obrigando o governo a tomar decisões. Não há como tapar o sol com a peneira, é preciso fazer as opções.”

Ele garante, porém, que o crescente impacto observado no estudo refletiu o crescimento no País desde a última década e não deverá ter um aumento substancial nos próximos anos. “Entendo que a tendência é estabilizar o número de ações em unidades de conservação. Uma coisa era o País há cinco ou dez anos. O grosso da afetação está concluído”, afirma Vizontin.

Segundo o presidente do ICMbio, o órgão ainda teve de atender a demandas específicas do governo, como a exclusão de áreas de pesquisa em mineração em algumas UCs. Outro obstáculo, afirma, envolve questões burocráticas. “Não conseguimos criar a Estação Ecológica de Maués (município a 276 quilômetros de Manaus), por exemplo. Apesar de termos alinhado tudo na esfera federal, o governo do Amazonas não aceitou as condições. Então, a coisa não é assim tão simples”, diz Vizontin.

A estação, de Proteção Integral, foi sugerida pelo governo como compensação aos danos ambientais causados pela construção de três usinas hidrelétricas que serão implantadas no Rio Tapajós, no Pará.

“É preciso conduzir os processos do PAC de tal maneira que se reduza as perdas de biodiversidade. Temos tentado compensar estas perdas, indicando a criação de outras áreas”, afirma Vizontin. “O esforço é para mostrar que modificar uma área nem sempre tem como resultado a perda biológica.”

A reportagem do Estado procurou os ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia, que optaram por não comentar o estudo da UFPE.

Sistema Nacional não resolveu fala de plano de manejo

Criado há 12 anos, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) não resolveu o problema da falta de plano de manejo e zona de amortecimento em diversas unidades no País. Especialistas da área jurídica afirmam que a lei federal, mesmo com muitos avanços, não define responsabilidades sobre o entorno de algumas áreas de proteção.

“O problema ocorre principalmente com as unidades criadas antes da publicação do Snuc, em 2000. É preciso que o Ministério Público Federal exija que os planos de manejo sejam implementados”, diz Luiz Fazzio, especialista em Meio Ambiente e Sustentabilidade do escritório Braga Nascimento e Zilio. O advogado cita o caso da Mata de Santa Genebra, área remanescente de Mata Atlântica em Campinas. “É uma unidade criada pelo governo Sarney, em 1985, e administrada pelo município. A indefinição ameaça a licença ambiental de todos os empreendimentos num raio de 2 quilômetros, que inclui zona industrial”, diz Fazzio. / B.D.

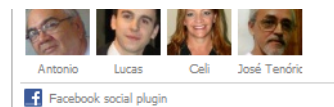
EcoDebate, 21/12/2012



[O conteúdo do EcoDebate pode ser copiado, reproduzido e/ou distribuído, desde que seja dado crédito ao autor, ao Ecodebate e, se for o caso, à fonte primária da informação]

Inclusão na lista de distribuição do Boletim Diário do Portal EcoDebate

Caso queira ser incluído(a) na lista de distribuição de nosso boletim diário, basta clicar no **LINK** e preencher o formulário de inscrição. O seu e-mail será incluído e você receberá uma mensagem solicitando que confirme a inscrição.



TAGS

agricultura agrotóxicos
Amazônia
 aquecimento global
 Belo Monte biocombustíveis **CO2**
 conservação consumo & consumismo
 contaminação Convenção do Clima
 crise ambiental **Código**
Florestal-floresta zero
 desastres naturais desenvolvimento
 sustentável **desmatamento**
 economia educação **energia energia**
 nuclear **entrevista etanol**
 Henrique Cortez
 hidrelétricas **IBAMA indígenas**
legislação ambiental
 licenciamento ambiental lixo
modelo de
desenvolvimento
 movimentos sociais **MP**
mudanças
 climáticas pesquisa
 poluição políticas públicas
 reflexão Rio+20 **saúde**
sociedade terras
 indígenas trabalho escravo
 urbanização **água índice**

CREATIVE COMMONS



CALENDÁRIO

dezembro 2012

| S | T | Q | Q | S | S | D |
|-------|----|----|----|----|----|----|
| | | | | | 1 | 2 |
| 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 |
| 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 |
| 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
| 31 | | | | | | |
| « nov | | | | | | |

LISTA DE LINKS

- Blog do Nelson Tembra
- Blog FURO, de Rogério Almeida
- Blog Telma Monteiro
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- Eco & Ação
- Henrique Cortez Weblog
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- Ondas3, Portugal

CATEGORIAS

- Artigo
- Editorial
- Notícia
- Podcast
- Videocast